

Afro-educação em Mato Grosso do Sul: o Projeto Guaicuru e a construção da escola cidadã (1996-2003)

Afro education in Mato Grosso do Sul state:
The Guaicuru Project and the construction of the citizen school (1996 to 2003)

Maria do Carmo BRAZIL¹
Reinaldo Antonio VALENTIM²
Alessandra Cristina FURTADO³

Resumo

Analisamos o movimento negro sul mato-grossense em suas particularidades à luz da história brasileira, no período 1996-2003. A LDBEN nº 9394/1996, ao inserir conteúdos de História e Cultura Afro-Brasileira em áreas específicas do currículo escolar ensinou a construção da Lei nº 10.639/2003. Neste contexto emergiu o “Projeto Guaicuru”, parte do Programa de Superação das Desigualdades Raciais de MS, cuja análise se orientou pelo referencial de Gohn (1997), Aranda (2007), Candau (2002), entre outros autores. O cotejamento das leis educacionais, decretos e Cadernos temáticos evidenciaram o nível de mobilização dos trabalhadores da educação e as ações políticas do governo petista em MS, de 1999 a 2003.

Palavras-chave: Movimento negro. Constituinte escolar. Política educacional. Mato Grosso do Sul.

Abstract

This approach considered the particularities of the black movement in Mato Grosso do Sul state (MS) based on Brazilian history (1996 to 2003). The LDBEN (Law Nr. 9.394/1996), inserted the contents of history and Afro-Brazilian Culture in specific areas of the curriculum gave rise to the construction of the Law Nr. 10.639/2003. In this context emerged the “Guaicuru Project” into Program from Overcoming Racial Inequality on MS, whose analysis was guided by framework from Gohn, Aranda, Candau, among others. The comparison between educational laws, decrees and thematic workbooks showed the level of mobilization of educational workers and the political actions of the Worker’s Party government in MS from 1999 to 2003.

Keywords: Black movement. School constituent. Educational policy. Mato Grosso do Sul.

-
- 1 Docente titular em História do Brasil na Universidade Federal da Grande Dourados (FAED/UFGD). Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Programa de Pós-Graduação em História da UFGD. Doutora em História Social pela FFLCH/USP. Grupo de Pesquisa GEPHEMES (História da Educação, Memória e Sociedade). Membro do Grupo de Pesquisa GEPHEMES (História da Educação, Memória e Sociedade). End. institucional: Rua João Rosa Goes, 1761, Vila Progresso Caixa Postal - 322 CEP: 79.825-070 Dourados – MS. E-mail: <mc.2708@hotmail.com>.
 - 2 Mestre em História pela Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados- FAED/UFGD. Membro do Grupo de Pesquisa GEPHEMES (História da Educação, Memória e Sociedade). E-mail: rc.valentim@hotmail.com.
 - 3 Docente Adjunta da Universidade Federal da Grande Dourados (FAED/UFGD). Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Programa de Pós-Graduação em História da UFGD. Doutora em Educação (USP). Coordena o Grupo de Pesquisa GEPHEMES (História da Educação, Memória e Sociedade). E-mail: alessandra_furtad@yahoo.com.br.

R. Educ. Públ.	Cuiabá	v. 21	n. 46	p. 375-400	maio/ago. 2012
----------------	--------	-------	-------	------------	----------------

Introdução

Este trabalho envolve a temática acerca da História dos Movimentos Sociais, elege Mato Grosso do Sul como cenário e privilegia o período de 1996 a 2003 como recorte temporal. O ano de 1996 se refere à data da promulgação da LDBEN nº 9.394/96, fruto do processo de mobilizações decisivas do segmento negro em favor da igualdade racial. Estes movimentos, empreendidos, sobretudo, pelos profissionais da educação, se centraram na luta para que fossem inseridos na Lei os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira, no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira, aspecto que mais tarde (2003) coroou de êxito a mobilização do negro brasileiro em favor da igualdade de direitos traduzida na Lei nº 10.639/03.

Ao abordar o *Projeto Escola Guaicuru e a Construção da escola cidadã* procuramos refletir sobre as ações políticas do governo sul mato-grossense, entre os anos de 1999 e 2001, na construção de Plano Estadual de Educação (PEE) a partir da Constituinte Escolar, cujo papel teve o propósito de orientar a educação das escolas da rede pública e privada de ensino de Mato Grosso do Sul. Essa instituição foi criada a partir da mobilização dos trabalhadores da educação, com vista a alcançar a transformação social e preparar os brasileiros para a cidadania. A *Constituinte Escolar* elaborou o Plano de Educação para a Rede Estadual Mato Grosso do Sul, cuja aprovação ocorreu no I Congresso Estadual da Constituinte Escolar, em 28 de junho de 2001. O foco de análise envolveu a instalação da Constituinte Escolar, composta por várias entidades sociais e do Governo, e na elaboração, redação ou reforma do Plano de Educação para a Rede Estadual Mato Grosso do Sul.

A análise dessa temática determinou a necessidade de se buscar a conceituação e o sentido da expressão *escola cidadã*, bem como o significado do Projeto Guaicuru, no contexto de elaboração do PEE em Mato Grosso do Sul. Estes conceitos tiveram inspiração nos princípios fundamentais da Constituição de 1988, a *Constituição Cidadã*, sobretudo no Art. 3º, inciso I, no qual foi determinada a construção de “uma sociedade livre, justa e solidária”. O inciso III institui a erradicação da pobreza e a marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais. E no inciso IV ficou estabelecido a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (BRASIL, 1988).

Assume particular importância a análise do contexto do “Programa de Superação das Desigualdades Raciais de Mato Grosso do Sul”, cuja proposta de governo contemplou aspectos relevantes para as mobilizações sociais, com destaque para o movimento negro no combate ao racismo, via política de ação afirmativa, participação em projetos políticos, como o movimento Constituinte Escolar e o Projeto Escola Guaicuru.

Os objetivos da investigação foram, portanto refletir sobre a participação do negro nos processos de construção da sociedade brasileira e analisar o “Projeto Escola Guaicuru”, como reflexo da mobilização dos trabalhadores da educação e das ações políticas do governo sul mato-grossense, entre os anos de 1999 e 2001. Desse movimento foi criada a Constituinte Escolar, que, por sua vez, gerou o Plano Estadual de Educação (PEE), com o propósito de alcançar a transformação social e preparar os brasileiros para a cidadania.

A análise regional foi realizada à luz do contexto econômico, político, social e cultural brasileiro, consoante reflexões de Peter Burke (1992), que interpreta as ações humanas cotidianas na perspectiva da história total, privilegiando abordagens regionais. Como suporte historiográfico para nossa abordagem, recorreremos a Gohn (1997); Bittar (1998); Munanga (2005), Cavalleiro (2001), Rosemberg (2001); Gadotti (1992), Telles (2003); Catanante (1999, 2008); Conceição (2003); Aranda (2004); Candau (2002), Fernandes e D’Avila (2008), Frigotto (1995), entre outros.

Como material empírico utilizamos a legislação, os programas, os projetos educacionais e outros materiais produzidos em âmbito institucional, estadual e federal, além dos Cadernos Temáticos da *Escola Guaicuru*, produzidos em ordens distintas, quais sejam: a série Fundamentos Políticos-Pedagógicos; a série Calendário da Cidadania – subsídios para aulas especiais, e a série Constituinte Escolar. Nestes materiais foram coletadas as informações concernentes ao nível de participação dos distintos atores sociais nos momentos decisivos da história do movimento negro sul mato-grossense.

Educação como fator de inclusão social (PNE)

Com a instalação do regime republicano no Brasil emergiram as primeiras ideias de construção de um plano educacional para todo o território nacional. Conforme o histórico do Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2000), esboçado nas primeiras páginas do referido documento, diante das mudanças verificadas no quadro social, político e econômico nas primeiras décadas do século 20, cresciam os anseios da elite intelectual brasileira, sobretudo, em traçar os rumos da educação como condição indispensável para o desenvolvimento do país.

As preocupações em torno da instrução alcançavam os mais diversos níveis e modalidades. Desses anseios emergiram inúmeras reformas educacionais e a organização do manifesto dos intelectuais, dirigido ao povo e ao governo, conhecido como *Manifesto dos Pioneiros da Educação* (1932), cuja repercussão redundou na inclusão de um artigo específico na Constituição Brasileira de 16 de julho de 1934.

A partir daí, todas as constituições posteriores, exceto a de 37, admitiram a ideia de traçar um Plano Nacional de Educação. Assim, no ano de 1962 surgiu o Primeiro Plano Nacional de Educação, iniciativa do Ministério da Educação e Cultura, iniciativa essa aprovada pelo então Conselho Federal de Educação, elaborado durante a vigência da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 4.024, de 1961. A projeção das metas quantitativas e qualitativas previa um prazo de oito anos para alcançá-las. Nos anos de 1965 e 1966 a Lei sofreu uma revisão, ao introduzir medidas descentralizadoras prevendo a elaboração de planos estaduais, originando-se daí o chamado Plano Complementar de Educação.

Com isso foram programadas as alterações referentes à distribuição dos recursos federais, beneficiando a implantação de ginásios orientados para o trabalho e o atendimento de analfabetos com mais de dez anos. Em 1967 foi novamente colocada em pauta pelo Ministério da Educação e Cultura, e discutida em quatro Encontros Nacionais de Planejamento, a proposta de se institucionalizar um plano educacional, mas não logrou sucesso.

Segundo o histórico do Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2000) apenas com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 foi retomada a ideia de um plano educacional para o país. Emergiu a concepção de se constituir um Plano Nacional de Educação (PNE) em longo prazo, com força de lei, capaz de conferir estabilidade às iniciativas governamentais na área de educação, cuja obrigatoriedade foi contemplada no art. 214.

O PNE ganhou respaldo legal na Constituição de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), aprovada em dezembro de 1996, definindo as responsabilidades da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e apontando as incumbências e a jurisdição de cada sistema de ensino. Ressalte-se que a LDBEN/96 veio também para definir as responsabilidades da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, delegando as incumbências e a jurisdição de cada sistema de ensino. Nessa conjuntura nitidamente favorável, o PNE obteve o êxito esperado.

Entretanto, depois de três anos de tramitação no Congresso Nacional e também de intenso debate entre a sociedade civil organizada e entidades da área educacional, o PNE só foi sancionado em 9 janeiro de 2001 com a Lei nº 10.172, que estabeleceu aos Estados e Municípios a elaboração de seus respectivos Planos, com base no Plano Nacional de Educação, e que deveriam ser constituídos sob três eixos: 1. Educação como direito de todos; 2. Educação como instrumento de desenvolvimento econômico e social; 3. Educação como fator de inclusão social.

História política de Mato Grosso do Sul (1977-2006)

Consoante com as reflexões de Peter Burke (1992), que interpreta as ações humanas cotidianas na perspectiva da história total, nesta análise pretendeu-se destacar as singularidades da luta do negro sul mato-grossense em suas mobilizações mais decisivas.

O exame de um acontecimento histórico, em âmbito regional, encontra respaldo na Constituição de 1988, na medida em que trata de forma mais particularizada o inciso III, acerca da institucionalização da erradicação da pobreza, da marginalização e da redução das desigualdades sociais e regionais. Esta ênfase ao regional gerou a necessidade de situar o leitor acerca das características históricas e geográficas do Estado de Mato Grosso do Sul, bem como destacar a ação dos movimentos sociais nas redefinições administrativas, discutir mudanças na estrutura social e apontar o acento político estabelecido nas diferenças culturais.

Gonh (1997), ao analisar as ações e manifestações da sociedade civil, especialmente as ocorridas no presente, observa que muitos segmentos da sociedade são invisíveis em grande parte dos discursos construídos sob a ótica da história tradicional, a exemplo dos negros e das mulheres.

Atualmente, a população residente no Mato Grosso do Sul é de 2.449.024 pessoas, e, de acordo com a classificação por etnia, em Mato Grosso do Sul os de cor preta são correspondentes a 120.096 pessoas, apresentada na base de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012). Conforme o índice de porcentagem em Mato Grosso do Sul, existe uma grande concentração de pessoas pardas, em razão da junção de ameríndios, imigrantes paraguaios, índios guaranis e negros.

Basicamente, a população é composta por imigrantes nacionais e internacionais, oriundos principalmente dos Estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo; e de países como Alemanha, Espanha, Itália, Japão, Paraguai, Portugal, Síria e Líbano. Esse fato contribui para o povoamento, além de estabelecer, em um mesmo território, uma pluralidade cultural.

No tocante à história política, o Estado de Mato Grosso do Sul foi criado no ano de 1977, mas foi oficialmente instalado em 1 de janeiro de 1979. Na ausência de um pleito eleitoral e diante do contexto nacional e regional, o Presidente Ernesto Geisel nomeou o engenheiro Harry Amorim Costa, encarregado da organização e materialização do novo Estado.

Como contribuição acerca do olhar sobre a política educacional no Estado, é bastante pertinente a contribuição de Catanante (2008), sobretudo para mostrar o nível de interesse dos poderes constituídos em implementar políticas educacionais

comprometidas com a participação popular. Catanante (2008) ressalta o momento histórico na busca pela democratização da educação, lançando luz sobre os dois períodos anteriores: o de 1983 a 1986, com a política educacional de Wilson Barbosa Martins; e o de 1991 a 1994, com o governo de Pedro Pedrossian.

Os governos que antecederam a Gestão Popular do Governo não apresentaram política educacional que tenha diretamente influenciado a participação na escola. Aspecto que veio sofrer modificações a partir da mudança no cenário político regional a partir do ano de 1998. Neste ano, Mato Grosso do Sul foi palco de intensa disputa eleitoral realizada por três candidatos a governador: Pedro Pedrossian (PTB), Ricardo Pereira Bacha (PSDB), e José Orcírio Miranda dos Santos (o Zeca do PT). Catanante (2008) lembra que havia uma tendência do eleitorado em se manter fiel às forças políticas atreladas ao setor agrário-latifundiário. No entanto, no segundo turno, contrariando a tendência, as chamadas forças progressistas ou de esquerda, com a liderança da coligação *Movimento Muda MS*, lograram a vitória de José Orcírio Miranda-Zeca do PT, com mais de 60% dos votos.

De acordo com Conceição (2003), as propostas básicas do Programa de Governo de José Orcírio Miranda tiveram origem num documento intitulado *Programa de Governo para Campo Grande – Movimento Muda Campo Grande*, integrado pelo PT, PPS, PSB e PC do B, utilizado na campanha para prefeito e vereadores de Campo Grande, no ano de 1996.

Conceição (2003) ressalta, também, que o programa em questão foi sistematizado em quatro unidades: a primeira destacava a estruturação urbana; a segunda ressaltava a democratização do poder público; a terceira tratava das políticas sociais; e a quarta tratava do desenvolvimento econômico. As questões relacionadas aos negros foram discutidas na terceira unidade, intitulada *Políticas Sociais Eficazes*.

Nesse cenário, por ocasião da gestão do Partido dos Trabalhadores (1999-2002), aliados à ideia de construção curricular da *Escola Guaicuru*, alguns setores do Movimento Negro de Mato Grosso do Sul, com destaque para o Grupo TEZ, procuraram se valer do momento singular entendido como a vez e a voz dos movimentos sociais nas esferas representativas do poder administrativo e político local. Nesse cenário favorável, o Movimento Negro do Estado se articulou no sentido de propor a inclusão nos currículos escolares da disciplina específica, que tratasse da história do segmento negro e suas causas no Brasil.

A equipe do Movimento Negro, que integrava o Grupo TEZ e militava no Partido dos Trabalhadores (PT) em Campo Grande, em consonância com as lideranças do

partido, ofereceu uma colaboração ao Programa em pauta, apresentando propostas de ação afirmativa. Assim, ao abranger a causa delineada no Programa, o Projeto Guaicuru destacou o combate ao preconceito de cor e de raça. Tais propostas de ação afirmativa pretendiam se tornar o fundamento para o *Programa de Superação das Desigualdades Raciais*, e derivou daí as reivindicações do segmento negro, que uma vez atendido pelo Grupo de Trabalhos e Estudos Zumbi (TEZ), fez com que as mesmas fossem sendo construídas frente ao trabalho no combate ao racismo no Estado.

O Plano Estadual de Educação (PEE)

Entre os anos de 1999 e 2001 o Estado de Mato Grosso do Sul promoveu a construção do PEE a partir da elaboração da Constituinte Escolar, no sentido de orientar a educação das escolas da Rede Estadual de Ensino. O primeiro passo legal foi estabelecer a articulação de todo o Sistema de Ensino, envolvendo as Redes Públicas e as Instituições Privadas, com objetivo de atender as expectativas da sociedade civil organizada e definir um Plano de Educação para Mato Grosso do Sul. Foi um período de ampla mobilização dos trabalhadores da educação, com vista a montar um projeto educacional capaz de alcançar a transformação social e preparar os brasileiros para a cidadania. Essa iniciativa - denominada *Constituinte Escolar*, assumiu o caráter de movimento que redundou na elaboração do *Plano de Educação para a Rede Estadual Mato Grosso do Sul*, aprovado no I Congresso Estadual da Constituinte Escolar, em 28 de junho de 2001, por delegados das escolas, trabalhadores da área, pais, alunos e militantes de movimentos sociais envolvidos no processo PEE.

A Constituinte Escolar surgiu, portanto, com o propósito de se construir um projeto transformador, de nova sociedade baseada na justiça social. A formação do cidadão, essência da lógica da Constituinte Escolar, devia se orientar pela participação coletiva, diálogos com a comunidade, atendendo aos desejos, sonhos e às opiniões oriundas das experiências cotidianas de cada participante. Com essa interação, a escola, na sua organização e nas práticas pedagógicas, poderia promover a reflexão e a luta social por uma sociedade mais justa. Nesse sentido, a ideia de escola diferente, por meio da Constituinte Escolar, envolvia o exercício dos princípios de justiça social, cidadania e solidariedade.

Construindo uma escola cidadã

Na esteira dos princípios fundamentais da chamada *Constituição Cidadã*, os movimentos sociais, sobretudo, de educação popular e comunitária dos mais diversos municípios do país, buscaram a construção da *escola cidadã*. No caso de Mato Grosso do Sul essa construção se traduziu nos princípios do Projeto Guaicuru, a partir da elaboração do PEE.

Segundo Gilberto Dimenstein (1994), cidadania significa o Direito de ter direitos. E o direito de ter uma ideia a poder expressá-la:

[...] é poder votar em quem quiser sem constrangimento
[...] É o direito de ser negro sem ser discriminado, de praticar uma religião sem ser perseguido... respeito à coisa pública. [A cidadania] é uma conquista da humanidade [...]
(DIMENSTEIN, 1994, p. 17-21).

Defendida mundialmente desde 1948, com a Declaração Universal dos Direitos do Homem, por aprovação da Organização das Nações Unidas (ONU), a ideia de cidadania se contrapunha às traumáticas forças totalitárias lideradas pelo nazismo, na Europa, no pós II Guerra (1939-1945). A partir daí o conceito de cidadania se consolidou, principalmente quando se entende que, além da liberdade de votar, de não ser perseguido ao defender convicções, o homem precisa da dignidade, do direito ao bem estar social.

Moacir Gadotti, pesquisador atuante no campo da história da educação, ao participar do V Fórum de Educação organizado pelo Centro de Estudos e Assessoria Pedagógica (CEAP), realizado em Salvador no ano de 2003, se pronunciou a respeito num trabalho intitulado *Escola cidadã, Cidade educadora: Projetos e práticas em processo*:

A ideia e o projeto de uma Escola Cidadã nasceram, no Brasil no final da década de 80 e início da década de 90, fortemente enraizados no movimento de educação popular e comunitária que na década de 80 se traduziu pela expressão 'escola pública popular'. Designa-se comumente por 'Escola Cidadã' uma certa concepção e uma certa prática da educação 'para e pela cidadania', que, sob diferentes denominações, são realizadas, em diversas regiões do país, principalmente em municipalidades onde o poder local foi assumido por partidos do chamado campo democrático-popular (GADOTTI, 2003, p. 1).

Gadotti (2004, p.2) explica que a intencionalidade da Escola Cidadã se traduz no preparo ou na gestação de uma nova cidadania, no sentido de organizar a sociedade para a defesa ou conquista de novos direitos. Nesse sentido, a proposta de uma Escola Cidadã é de organizar um novo espaço público não estatal, ou, como diria Jürgen Habermas (2006), uma “esfera pública cidadã” capaz de capacitar atores sociais para ter “ter voz ativa na formulação das políticas públicas, visando a uma mudança do Estado que temos para um Estado radicalmente democrático”. (GADOTTI, 2003, p. 2).

Gadotti lembra que em entrevista concedida à TV Educativa do Rio de Janeiro, em 19 de março de 1997, Paulo Freire definiu o que seria *uma educação para e pela cidadania*:

A Escola Cidadã é aquela que se assume como um centro de direitos e de deveres. O que a caracteriza é a formação para a cidadania. É uma escola que vive a experiência tensa da democracia. (FREIRE, 1997, apud GADOTTI, 2003, p.2).

Este autor explica ainda, tanto na concepção quanto na prática, a Escola cidadã se traduz por distintos nomes e singularidades.

Pode-se falar até em ‘tendências’ diversas de Escola Cidadã. E isso é natural, na medida em que não podemos separar ‘cidadania’ de ‘autonomia’. Sob muitos nomes encontramos a educação cidadã: ‘Escola pública popular’ (São Paulo), ‘Escola Democrática’ (Betim, MG), ‘Escola Plural’ (Belo Horizonte), ‘Escola Candanga’ (Brasília, DF), ‘Escola Mínima’ (Gravataí, RS), ‘Escola Sem Fronteiras’ (Blumenau, SC), ‘**Escola Guaicuru**’ (Estado do Mato Grosso do Sul), ‘Escola Democrática e Popular’ (Estado do Rio Grande do Sul), ‘Escola de tempo integral’ (Colatina, ES), ‘Escola desafio’ (Ipatinga, MG) (GADOTTI, 2003, p.2. Grifo nosso).

Destaca ainda Gadotti, que o “Projeto Escola Democrática e Popular” foi uma das iniciativas pioneiras de “Escola Cidadã”, o qual, ainda atua na cidade de Porto Alegre-RS, onde na primeira gestão democrática-popular, iniciada em 1993, concebeu o princípio da “Escola Cidadã”, traduzido no planejamento participativo, na autonomia da escola como estratégia da qualidade de ensino e na construção da cidadania como prática pedagógica.

A chave para entender o princípio da Escola cidadã está na municipalidade, espaço onde o poder constituído local foi, segundo Gadotti, assumido por partidos do chamado campo democrático-popular. Assim, os projetos se desenvolvem dentro de uma perspectiva cidadã, no sentido de construir a política educacional do município com base na pluralidade de experiências existentes na rede municipal de educação.

Escola cidadã, Escola Guaicuru

Com a vitória da frente popular em Mato Grosso do Sul, liderada pelo PT, delinear-se no Estado as ações em favor da democratização da educação, cabendo ao primeiro titular da pasta em questão, o psicólogo Pedro Cesar Kemp Gonçalves e à sua equipe a elaboração de um projeto político-educacional, denominado “Escola Guaicuru: vivendo uma nova lição”, desenvolvido no período de 1º de janeiro de 1999 a 31 de dezembro de 2002. Tratava-se de um projeto inovador no sentido de que traçava os princípios, as diretrizes e as metas que deveriam nortear as ações políticas, administrativas, pedagógicas e financeiras da Secretaria de Estado de Educação (SED) para o quadriênio 1999-2002. Havia, nesse sentido, o anseio de promover ações destinadas a enfrentar os problemas sociais no âmbito nacional e regional, com destaque para um novo modelo de escola. Foi nesse sentido que foi proposto o “Projeto Escola Guaicuru”.

O termo *guaicuru* era desconhecido e estranho aos sul mato-grossenses predecessores, configurando-se dessa forma num processo de conscientização e valorização da história e da identidade cultural do povo do sul de Mato Grosso. Tratava-se de um termo com vários significados, mas, segundo Spengler (1999), para os produtores da cultura do Estado recém-criado, o termo é, ao mesmo tempo, essência e símbolo histórico cultural do Estado. Segundo o referido autor, o termo correspondia a uma configuração épica do homem nativo, consciente, guerreiro, lutador, autônomo, independente, que, prioritariamente e por muito tempo, a partir do Pantanal, dominou sob a égide de *Cavaleiro Guaikuru*, de forma absoluta o espaço regional onde se assenta o atual território do Estado de Mato Grosso do Sul (SPENGLER, 1999).

O governo do Estado para organizar seu projeto político educacional “Escola Guaicuru: vivendo uma nova lição”, dado seu processo de aliança com os movimentos sociais, não ficou alheio às reivindicações dos setores populares. Nesse contexto, ganhou centralidade o papel da Secretaria de Estado de Educação (SED), no intuito de estabelecer uma política cujo fio condutor era o projeto político-educacional “Escola Guaicuru”, o qual foi constituído a partir de eixos

centrais a serem desenvolvidos ao longo dos quatro anos de governo. A ideia era construir em parceria com o segmento social sul mato-grossense, uma escola pública que de fato efetivasse a democratização do acesso a seu interior e, ao mesmo tempo, com eficiência e eficácia, garantisse a permanência e progressão escolar dos filhos e filhas da classe trabalhadora, valendo-se dessa forma da democratização da gestão e da qualidade social da educação, num processo de construção da cidadania e de valorização de seus trabalhadores.

Cadernos da Escola Guaicuru, a materialidade do projeto

Com o “Projeto Escola Guaicuru - vivendo uma nova lição”, a Secretaria de Educação estabeleceu o enlace entre a democratização do acesso a gestão escolar e a qualidade social da Educação. As populações nativas do Estado ganharam prioridade nas propostas do novo Governo. Da mesma forma, as ações do Movimento Negro do Estado lograram destaque com a ativa participação do Grupo Trabalhos e Estudos Zumbi (Grupo TEZ), que já vinha militando na cidade de Campo Grande, MS, desde 1985.

Com base no pressuposto contido no preâmbulo da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (BRASIL, 2010, p.11), de que Estado democrático é destinado a “[...] assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos”, o movimento negro sul mato-grossense, juntamente com os movimentos negros de todo o país, buscaram a organização das ações afirmativas como caminhos para a superação da questão racial no Brasil.

Dentro do *Programa de Superação das Desigualdades Raciais no Estado de Mato Grosso do Sul* foram definidas as ações afirmativas que visavam o combate às desigualdades raciais, elaborado pelo Governo Popular de Mato Grosso do Sul em 2001. Os Cadernos da Escola Guaicuru (1999-2002) foram utilizados como estratégias de divulgação do campo pedagógico e revelam as pretensões referentes ao papel da escola idealizado pelo Governo, no que diz respeito à conquista da gestão do Estado. Conforme já referido, havia que cumprir os pactos assumidos e escritos em parceria com os movimentos sociais e, diante disso, a instrução das novas gerações da escola pública. Esse propósito representava um campo profícuo para a implantação e consolidação da plataforma ideológica do partido, e, conseqüentemente, dos movimentos sociais que o conduziram ao poder, e entre eles, o movimento negro de Mato Grosso do Sul.

Neste contexto, os Cadernos em questão se consolidaram como forma de divulgação das ações, formações, informações e das mudanças políticas e educativas

pretendidas para a sociedade. As estratégias de divulgação do campo pedagógico da Constituinte Escolar (Construindo a Escola Cidadã) foram agrupadas nos exemplares dos Cadernos temáticos e artigos específicos considerados necessários à conquista da gestão do Estado. Conforme pesquisa feita por Aranda (2004), essas operações foram executadas em três momentos distintos: 1º) realização da análise da realidade socioeconômica; 2º) a problematização das práticas e sistematização das mesmas em seminários locais; 3º) Seminário estadual de Sistematização, ocorrido em julho de 2000.

A partir das etapas de divulgação desenvolvidas no campo pedagógico, o chamado Governo Popular se decidiu pelo aprofundamento através das temáticas: 1º) Elaboração de subsídios para o aprofundamento das temáticas, no mês de dezembro/99 sendo os sujeitos envolvidos a Coordenação Geral; 2º) Seminário municipal para a preparação da discussão com a comunidade escolar, em Fevereiro/2000, com a Coordenação municipal e coordenações das escolas; 3º) Aprofundamento das temáticas nas escolas, em Mar/Maio/2000, com a comunidade escolar; 4º) Sistematização do momento através da produção de documentos, em Maio/2000, com a Coordenação das escolas, coordenação municipal e coordenação geral.

Características físicas dos Cadernos

Os *Cadernos da Escola Guaicuru*, editados entre os anos de 1999-2001, representavam a essência da política educacional do Governo Zeca, os quais se constituíram em séries: a série *Fundamentos Políticos-Pedagógicos* (10 volumes); a série *Calendário da Cidadania – subsídios para aulas especiais* (10 volumes); e a série *Constituinte Escolar* (20 volumes). Estas séries, juntamente com o texto-base do Plano de Educação para a Rede Estadual de Ensino, foram apresentadas como propostas para serem aprovadas no 1º Congresso Estadual da Constituinte Escolar (2001). De um austero movimento denominado Constituinte Escolar resultou o Plano de Educação a ser implantado em toda a Rede Estadual de Mato Grosso do Sul.

Os referidos Cadernos apresentavam características físicas similares, mas com particularidades distintas, no tocante aos conteúdos: capa com dimensão de 32x22 cm, cujas ilustrações representam a temática tratada em seu interior. Na capa está contido o número do Caderno, o nome do autor das ilustrações e das fotos, a representação gráfica padronizada e distintiva (logomarca) da *Escola Guaicuru, vivendo uma nova lição* (Ilustração 1.a). A parte interna dos Cadernos segue uma sequência comum em todos os volumes: Editorial (primeira contra capa), assinado pelo Secretário de Estado de Educação; uma espécie de encarte abriga publicações de textos temáticos assinados por autores da área

das humanidades, quase todos militantes dos movimentos sociais ou membro da Coordenação da Constituinte Escolar/SED. Eram textos avulsos, paginados, contendo reflexões críticas, dispondo de ilustrações, fotos, fragmentos de textos clássicos, poesias e sugestões de atividades pedagógicas, entre outros. A segunda contracapa destinava-se às Referências Bibliográficas e também dava espaço para a aba, onde se encaixavam os textos e as atividades do Caderno.

Na terceira contracapa (externa) se localizava a vinheta da gestão do Governo (Ilustração 1. b) traduzida na expressão *Governo Popular de Mato Grosso do Sul – Gestão 1999-2002*, empregada no Caderno com o objetivo de identificar ou divulgar o poder constituído, representado pelo Governador José Orcírio Miranda dos Santos. Abaixo da vinheta se repetia a logomarca do Caderno acompanhada da relação de pessoas e seus respectivos cargos, que compunham o escalão da Secretaria de Estado da Educação. No topo estava o nome de Pedro Cesar Kemp Gonçalves, acompanhado pelos seus auxiliares mais importantes, envolvendo Assessoria Pedagógica, Política, de Comunicação, Jurídica, Técnica, para Movimentos Sociais, Assessoria Executiva, Superintendência, Diretorias, Conselho Editorial e endereço.

**Ilustração 1. Logomarca da "Escola Guaicuru" (a) e Vinheta do Governo (b).
Fonte: Cadernos da Escola Guaicuru1999-2001.**



a



b

Na terceira contracapa (externa) se localizava a vinheta da gestão do Governo (Ilustração 1) traduzida na expressão *Governo Popular de Mato Grosso do Sul – Gestão 1999-2002*, empregada no Caderno com o objetivo de identificar ou divulgar o poder constituído, representado pelo Governador José Orcírio Miranda dos Santos. Abaixo da vinheta repetia-se a logomarca do Caderno acompanhada da relação de pessoas e seus respectivos cargos, que compunham o escalão da Secretaria de Estado da Educação. No topo estava o nome de Pedro Cesar Kemp Gonçalves, acompanhado pelos seus auxiliares mais importantes, envolvendo Assessoria Pedagógica, Política, de Comunicação, Jurídica, Técnica, para Movimentos Sociais, Assessoria Executiva, Superintendência, Diretorias, Conselho Editorial e endereço.

Os Cadernos como suporte pedagógico

Conforme já referido, os Cadernos da Escola Guaicuru foram publicados por séries. A série “Fundamentos Políticos-Pedagógicos”, esboçada nos Cadernos da Escola Guaicuru: vivendo uma nova lição, n.1. foi elaborado como subsídios para o aprofundamento das temáticas e deviam alcançar o ensino médio, o ensino fundamental, propostas metodológicas e norteadoras para a Língua Portuguesa, Espanhola, Inglesa e subsídios para matemática. Eis um trecho da justificativa da Proposta de Educação. A série “Fundamentos Político-Pedagógicos”, organizada em dez volumes, como parte da engrenagem da política educacional do “Governo Popular de Mato Grosso do Sul”, estampava, portanto os três eixos da ação: democratização do acesso, da gestão e da qualidade social da educação.

A série *Calendário da Cidadania* destinava-se a oferecer subsídios para aulas especiais e se constituía em dez volumes (Quadro 1). Nela havia orientação para se trabalhar com aspectos étnico-raciais; críticas à história oficial, a questão da diferença, a resistência do negro e do indígena brasileiro e sul mato-grossense; lições de cidadania; educação infanto-juvenil e temas voltados para o combate às drogas. Na série “Subsídios para Aulas Especiais”, os volumes 2 e 7 (Ilustração 2 e 3) foram destinados à educação multicultural, com foco para o segmento negro e indígena. Ou seja, os Cadernos da Série *Calendário da Cidadania* nº 2, intitulados “Negro (a) Vivendo Novas Lições de Etnia” (Ilustração 2) vieram a lume no ano 2000 e foram elaborados para servir de suporte referencial aos professores que, no cotidiano escolar, vivenciam situações de discriminação racial. O volume orientava também os alunos a identificarem e rejeitarem o preconceito racial fosse este na escola, na família, na sociedade. A ideia era preparar alunos e professores para o reconhecimento da existência do preconceito e da discriminação de raça e de classe, e lutar pela sua superação a partir da prática educacional e social (Cadernos da Escola Guaicuru, n. 2, 1999).

Segundo os princípios dos Cadernos Guaicuru, série *Calendário da Cidadania*, a educação não pode permitir a exclusão racial e precisa educar para a cidadania, a partir do respeito à mulher, à diversidade étnica, ao direito da escolha sexual e à liberdade de construir espaços que consideram a diferença como um valor da humanidade (Cadernos da Escola Guaicuru, n. 2, 1999). Outro princípio das *lições de etnias* oferecido pelo volume 2 dos Cadernos foi o de vislumbrar uma nova sociedade, constituída por atores sociais comprometidos com a luta por melhores condições de vida, com a luta pela igualdade, pela convivência harmônica entre os povos e pela superação dos preconceitos e da discriminação entre as raças (CADERNOS DA ESCOLA GUAICURU, N. 2, 1999).

Quadro 1 - Cadernos da Escola Guaicuru (Série Fundamentos Políticos-Pedagógicos e Subsídios para Aulas Especiais)

CADERNOS TEMÁTICOS PUBLICADOS	EXEMPLARES ENCONTRADOS	TEMÁTICAS
1.Fundamentos Político-Pedagógicos (10 volumes)	Volumes 1, 4, 5, 6, 7 e 8	V.1-Proposta de educação do Governo Popular de Mato Grosso do Sul; V.2-O Ensino Médio na Escola Guaicuru; V.4-Proposta Político-Pedagógica para o Ensino Fundamental; V.5- Proposta Metodológica de Língua Portuguesa; V.6- Subsídios Metodológicos de Língua Espanhola; V.7-Subsídios Metodológicos de Língua Inglesa; V.8-Subsídios de Matemática.
2.Calendário da Cidadania – subsídios para aulas especiais (10 volumes)	Volumes 1, 2, 4, 6, 7, 8, 9 e 10	V.1-Índio-vivendo novas lições de etnia; V.2-Negro(a)-Vivendo novas lições de etnia; V.4-Brasil: “Um filho teu não foge à luta; V.6-Violência-do silêncio ao grito; V.7-Brasil: 500 anos de resistência indígena, negra e popular; V.8-Ética e Política-Vivendo novas lições de cidadania; V.9-Criança e Adolescente: direito de ter direitos: V.10- Drogas não, escolha a vida !
3.Constituinte Escolar (20 volumes)	16 volumes	1)Educação de jovens e adultos e Educação profissional; 2) Educação e etnias e Indígenas e Negros; 3) Educação Ambiental; 4) Assessor Técnico; 5) Educação e Tecnologia; 6) Portadores de Necessidades Especiais; 7) Educação Básica do Campo; 8) Função social da Escola; 9) Ensino Noturno; 10) Violência Ética e Cidadania; 11) Gestão Democrática, 12) Financiamento da Escola Pública e Estrutura Física da Escola; 13) Formação Continuada; 14) Grêmio Estudantil; 15) Função Social da Escola; 16) Os trabalhadores da Educação; 17) Organização Pedagógica Curricular; 18) Ensino Fundamental; 19) Ensino Médio; 20) Educação Profissional.

Fonte: Editorial/SED/MS (1999).

Ilustração 2a: Cadernos da Escola Guaicuru-Série Subsídios para Aulas Especiais, Volume 2

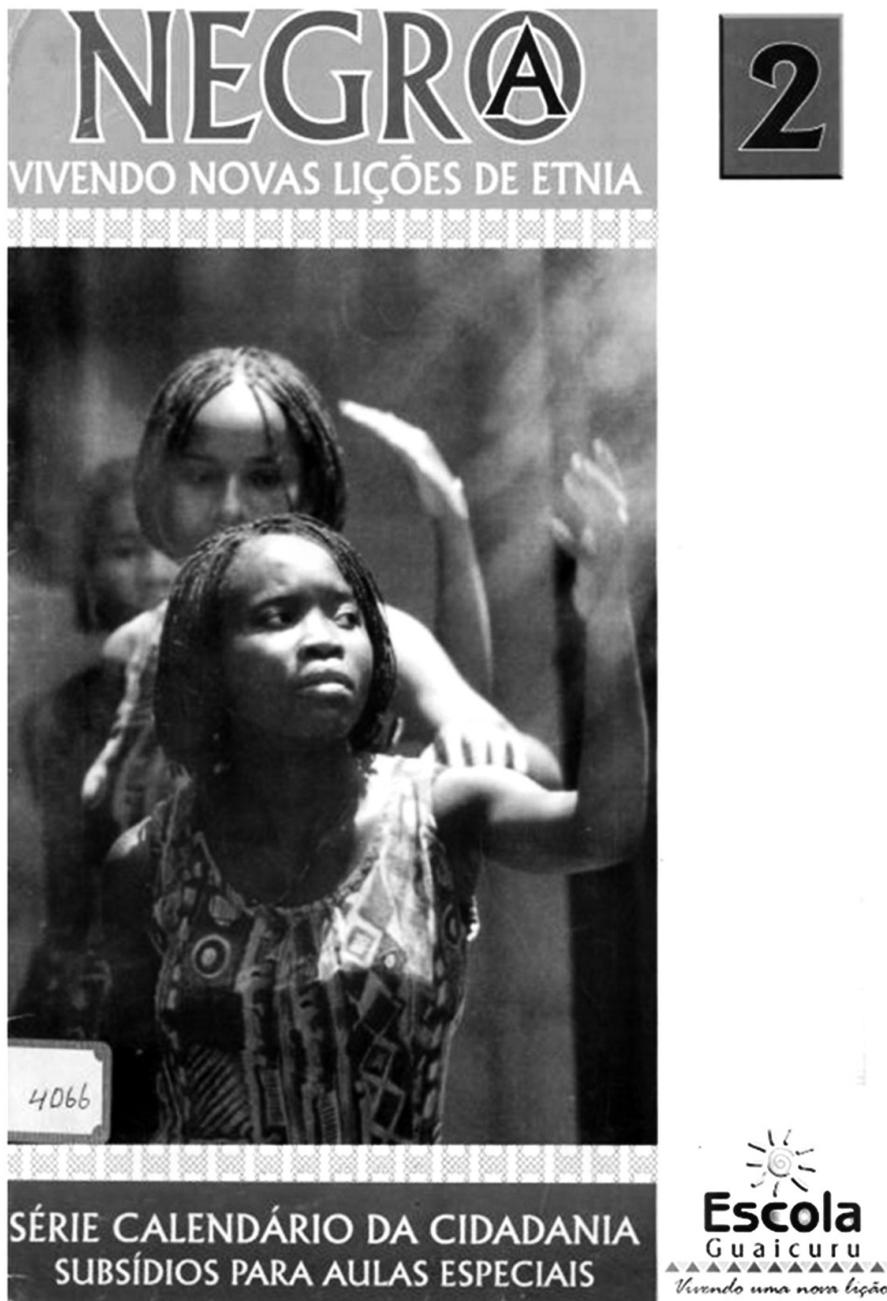


Ilustração 2b: Cadernos da Escola Guaicuru-Série Subsídios para Aulas Especiais, Volume 2



O projeto ESCOLA GUAICURU entende a educação como direito de todos e como pressuposto básico para a cidadania ativa. Seu eixo principal é o compromisso de estabelecer um processo participativo de construção de novos caminhos que garantam a democratização do saber, a valorização dos profissionais da educação e a democratização da gestão da escola pública.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
Gestão 1999-2002

Governador
José Orcirto Miranda dos Santos

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Secretário de Estado de Educação
Pedro Cesar Kemp Gonçalves

Assessora Pedagógica
Sônia Mara Flores da Silva

Assessor Político
João Roberto Talavera

Assessora de Imprensa
Débora Regina de Almeida Diniz Soares

Assessora Jurídica
Kelly Cristiny de Lima Garcia

Assessor Técnico de Apoio Administrativo ao Gabinete
Gerson Carlos Russi

Assessores para Movimentos Sociais
Adenildo dos Santos Assunção
Francisco Givanildo dos Santos

Assessora Executiva
Lucia Torres V. Marchini

Superintendente de Educação
Romilda Paracampos de Almeida

Diretor-Geral Administrativo e Financeiro
Elson Lot Rigo

Coordenador Geral de Planejamento e Projetos
Ricardo Leite de Albuquerque

Diretora de Educação Infantil e Ensino Fundamental
Mária da Graça do Amaral Silva

Diretora de Educação Especial
Lúcia Inês Siqueira Borges Buainain

Diretora de Ensino Médio
Lucimar Rosa Dias

Diretora de Gestão Educacional
Bartollina Ramalho Catanante

Diretora de Tecnologia Educacional
Maria Clotilde Pires Bastos

Diretora de Desenvolvimento Profissional
Iara Augusta da Silva

Diretor de Rede Física
Reginaldo Sanches da Silva

Diretora de Pessoal
Mária Pereira de Brito

Diretora de Administração
Rosemeire da Silva

Diretora de Execução Orçamentária e Financeira
Ana Maria Lata



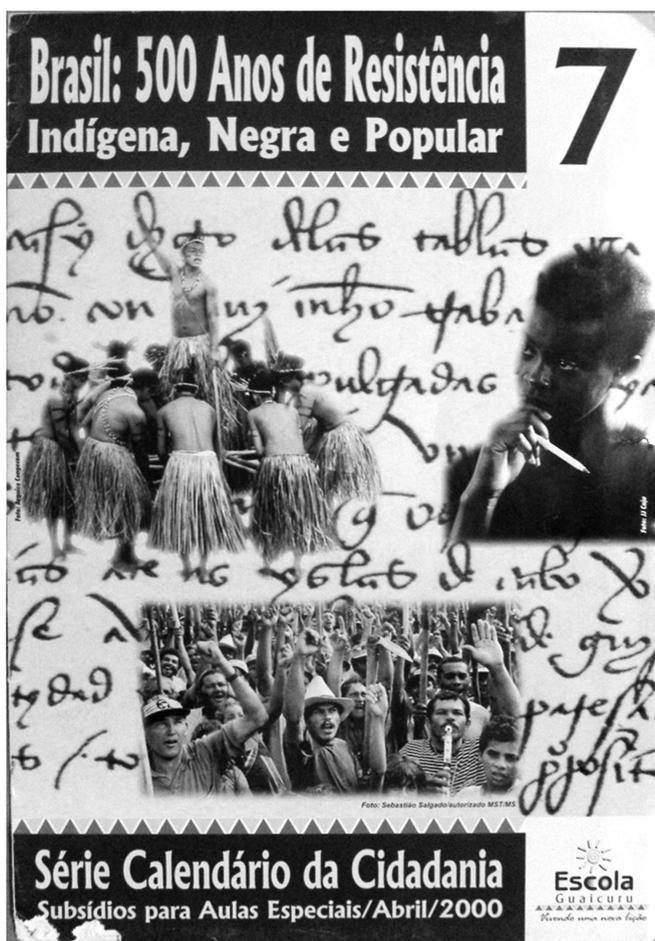
Governo Popular do Estado de Mato Grosso do Sul
Secretaria de Estado de Educação

Fonte: Editorial/SED/MS (1999); Arquivo do Laboratório de Políticas, Avaliação e Gestão Educacional (LAPAGE-UFGD). Dourados (2011).

À época, os Cadernos da série *Calendário da Cidadania* já se traduziam numa forma de pressão social dirigida ao Ministério da Educação, a definir conteúdos mínimos para o processo de desconstrução da história estereotipada ensinada nos bancos escolares. Além disso, os Cadernos sugeriam a necessidade da produção de materiais didáticos e de ampla formação de professores para tratar das questões étnico-raciais em sala de aula.

Especificamente, o Caderno n. 7 (Ilustração 3) destinou-se a orientar o corpo docente na preparação das aulas, cujos conteúdos pudessem oferecer novo significado histórico à resistência das etnias indígenas e negras no Brasil. Tais conteúdos traziam como pano de fundo o mote dos 500 anos da nação

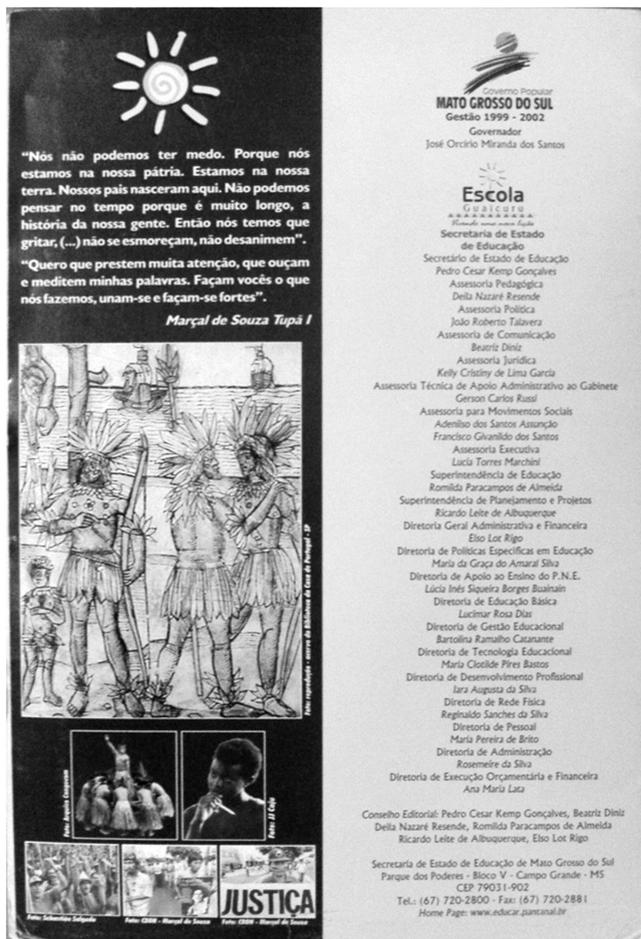
Ilustração 3a: Cadernos da Escola Guaicuru-Série Subsídios para Aulas Especiais



brasileira e, ao mesmo tempo, ofertavam sugestões criativas de atividades pedagógicas para por em pauta a discussão da questão étnico-racial. Eis um trecho do Editorial do caderno 7, intitulado *Brasil: 500 Anos de Resistência – Indígena, Negra e Popular*, que ilustra a lógica da produção do referido material: “Lembrar os 500 anos na versão oficial da história é exaltar as ações dos colonizadores, transformados em heróis e desconsiderar a violência contra os índios, as etnias africanas e os imigrantes que vieram constituir nossa pluralidade cultural”. (Cadernos da Escola Guaicuru, n. 7, 2000).

Esse editorial vinha assinado por Pedro Kemp, então Secretário de Estado da Educação, e exprimia o germe da política educacional do Governo Popular.

Ilustração 3b: Cadernos da Escola Guaicuru-Série Subsídios para Aulas Especiais



Os Cadernos temáticos da série Constituinte Escolar constituíram-se de 20 volumes, representam o terceiro momento da política educacional ou centrada no campo pedagógico, os quais trouxeram os seguintes tópicos: 1) Educação de jovens e adultos e Educação profissional; 2) Educação e etnias e Indígenas e Negros; 3) Educação Ambiental; 4) Assessor Técnico; 5) Educação e Tecnologia; 6) Portadores de Necessidades Especiais; 7) Educação Básica do Campo; 8) Função social da Escola; 9) Ensino Noturno; 10) Violência Ética e Cidadania; 11) Gestão Democrática; 12) Financiamento da Escola Pública e Estrutura Física da Escola; 13) Formação Continuada; 14) Grêmio Estudantil; 15) Função Social da Escola; 16) Os trabalhadores da Educação; 17) Organização Pedagógica Curricular; 18) Ensino Fundamental; 19) Ensino Médio; 20) Educação Profissional; 21) Planejamento Participativo; 22) Estrutura Escolar.

Afro-educação

O terceiro momento dos Cadernos da Escola Guaicuru, série *Constituinte Escolar* (Ilustração 4) representou o aprofundamento das temáticas nas escolas, e ocorreu entre os meses de março e maio de 2000, junto à comunidade escolar. A *nova* abordagem curricular proposta pelo governo popular contava com um material desenvolvido para o terceiro momento da Constituinte, chamado de Caderno n. 2, e fora elaborado para servir de base para reflexões e debates acerca da temática da educação voltada para a situação das etnias indígenas e negras presentes-ausentes nas escolas sul mato-grossense.

Ilustração 4: Cadernos da série Constituinte Escolar



Fonte: Editorial/SED/MS (1999); Arquivo LAPAGE-UFGD-Dourados (2011).

Nas primeiras páginas do Caderno Temático nº 2, *Educação e Etnias Indígenas e Negros*, o Secretário de Estado de Educação faz uma apresentação do que representou o 3º Momento da Constituinte Escolar (Ilustração 4):

As temáticas levantadas serão aprofundadas [...] foi elaborado este Caderno como forma de nortear a reflexão e a discussão do tema, bem como o debate das propostas da Secretaria de Estado de Educação (CADERNO TEMÁTICO 3º. MOMENTO; SÉRIE CONSTITUINTE ESCOLAR, 2000).

O Caderno 2, referente ao 3º Momento da Constituinte, nos interessa de perto pela temática *Educação e Etnias Indígenas e Negros*, e se divide em duas partes: A primeira parte, constituída de 15 páginas, é dedicada à reflexão acerca da *Educação Escolar Indígena em Mato Grosso do Sul, um projeto em construção*. A segunda parte foi dedicada à temática Afro-Educação, constituída de apenas 9 páginas, sobre a qual discorreremos a seguir.

No que se refere à Educação Escolar Indígena em Mato Grosso do Sul, há inicialmente um espaço para problematização. Logo em seguida o Caderno traz alguns conceitos básicos para, então, introduzir o texto *Breve histórico dos povos indígenas de Mato Grosso do Sul*, acompanhado das propostas desenvolvidas pela Secretaria de Educação. Outro texto esboçado nesse Caderno se refere à Autonomia da Escola Indígena, escrito pelo sociólogo Paulo Cabral. Este material é acompanhado pela bibliografia básica, por um roteiro para discussão e um plano de ação.

Na segunda parte do Caderno nº 2, *Educação e Etnias Indígenas e Negros*, está o tema mais importante, a ponto de servir de título para a presente abordagem. A *Afro-Educação*, o qual foi organizado pela Coordenadoria de políticas específicas em Educação para Comunidades Afrodescendentes. Nessa parte há um espaço para a problematização inicial e para a proposta de uma ampla discussão sobre as relações raciais na escola e as condições sobre a população afro-brasileira. Com base em dados estatísticos, há uma espécie de denúncia sobre o imenso abismo entre brancos e negros, no que se refere às oportunidades, com duros reflexos na educação: “Em relação à criança negra, o quadro se apresenta mais grave, enquanto 59,4% das crianças negras frequentando a 1ª série do ensino fundamental eram aprovados, essa proporção subia para 71,4% entre as crianças brancas” (CADERNO 2. SÉRIE CONSTITUINTE ESCOLAR, 2000).

A abordagem acerca do tema *Afro-Educação* envolveu os aspectos da resistência negra em relação ao escravismo colonial, a questão envolvendo as comunidades negras rurais de Mato Grosso do Sul (Furnas dos Dionísios, em Jaraguari, Furnas de Boa Sorte, em Corguinho, e o bairro rural da Comunidade Tia Eva).

Outra discussão, estabelecida dentro da temática *Afro-Educação*, se refere ao Racismo na Escola, sobre o qual a jornalista Diva Moreira (2000, p. 24) teceu significativas considerações: “[...] a reprodução do racismo na escola traz as altas taxas de infrequência, repetência e evasão escolar verificada entre crianças negras. O silêncio do professor distorce a base da personalidade de ambas as crianças [negras e não negras]”.

Diante de uma sociedade multirracial e multicultural, formou-se no Brasil uma sociedade caracterizada por costumes e valores culturais distintos. De modo específico, as pesquisas desenvolvidas durante a Constituinte Escolar referendaram o pressuposto de que a escola é um dos espaços onde mais se reproduz a discriminação racial. Com estes dados, a Constituinte Escolar, ao pensar no Plano da Rede Estadual de Ensino, concluída em 2001, propôs a política educacional capaz de atender a diversidade étnica (índios, negros, asiáticos, europeus).

Considerações finais

O projeto educacional *Escola Guaicuru: Vivendo uma Nova Lição*, até então pensado e submetido como proposta de gestão democrática a ser apreciada por educadores e comunidades escolares, se materializou com a instalação da Constituinte Escolar da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul (1999-2001).

O Projeto traduzido nos Cadernos da Escola Guaicuru contemplava conteúdos programáticos ou temas, cujas ações eram voltadas para a popularização do acesso (emprego e qualificação), democratização da gestão, promoção da qualidade social na educação e desenvolvimento de uma prática pedagógica em afro-educação.

Da análise realizada observou-se que o processo da Constituinte Escolar se revelou uma experiência muito rica e inédita, sobretudo porque, pela primeira vez no Estado de Mato Grosso do Sul, os gestores viabilizaram a inserção da questão racial no sistema escolar, com objetivo de garantir a participação democrática e efetiva de diferentes segmentos sociais.

Em conjunto com as reivindicações dos movimentos sociais, sobretudo o negro, o Projeto Estadual Educacional procurou manter, de certo modo, a ligação umbilical com as propostas de ação afirmativa, abrindo amplo leque de proposições, cuja meta era superar as desigualdades historicamente acumuladas.

Ou em outros termos, essa proposta visava patentear a crítica ao modelo escolar existente, cuja função não mais correspondia às necessidades sociais da população e funcionava como mecanismo do projeto político do estado nacional que, historicamente, sempre esteve atrelado aos moldes capitalistas de governar.

Segundo os relatórios do movimento Constituinte Escolar, inúmeras ações de formação continuada foram viabilizadas aos coordenadores pedagógicos das escolas estaduais, os quais, por determinação da Secretaria de Educação, atuavam na função de articuladores e facilitadores do processo educativo e da formação no ambiente escolar. No entanto, Fernandes e D'Ávila (2008,421), ancorados nas observações de Frigotto (1995), afirmam que a proposta se arrastou com complexidade da reestruturação produtiva da economia globalizada. A despeito da concepção inovadora de política educacional para o Estado, comprometida com a democratização da gestão, a escola sofreu influências de outros projetos político-pedagógicos inerente à sociedade capitalista, limitando a materialização da proposta Guaicuru.

Centrado na questão da inclusão social e do direito ao acesso de todos à educação de qualidade, sobretudo os portadores de necessidades especiais, dos índios e das comunidades negras, o Projeto Escola Guaicuru, através de seus idealizadores, experimentaram momentos de euforia, disposição e ânimo durante sua construção. Todavia, a prática materializada na política educacional sofreu sérios entraves ao longo de sua efetivação. Ainda permanece a urgente necessidade de reverter o índice de exclusão e de garantir a igualdade de oportunidades para todos. Há, portanto, um longo caminho a ser percorrido, no sentido de vencer as enormes barreiras oriundas da discriminação, seja ela de classe, de ordem religiosa, de gênero, étnica e racial.

Referências

ARANDA, Maria Alice de Miranda. **A Constituinte Escolar da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul (1999-2001): uma proposta de gestão democrática**. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande: UFMS, 2004.

BITTAR, Marisa. **Estado, educação e transição democrática em Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: UFMS, 1998.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Demográfico de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

_____. Câmara dos Deputados. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 64/2010,

pelo Decreto Legislativo no 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994.– 32. ed. – Brasília ,DF: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Brasília, DF: Congresso Nacional, 1961.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Brasília, DF: Congresso Nacional, 1996.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Plano Nacional de Educação.** Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Brasília, DF: Congresso Nacional, 2001.

BURKE, P. (Org.): **A Escrita da História.** São Paulo: Editora UNESP, 1992

CANDAU, Vera Maria. Sociedade, cotidiano escolar e cultura(s): uma aproximação. **Educação e Sociedade**, ano XXIII, n. 79, p. 125-61, 2002.

CATANANTE, Bartolina R. **A política educacional em Mato Grosso do Sul (1999-2002): os mecanismos de participação.** Tese (Doutorado em Educação)- Universidade Federal de São Carlos. São Carlos: UFSCar, 2008.

CATANANTE, Bartolina R. **A proposta educacional de Mato Grosso do Sul: a formação do cidadão crítico segundo a percepção dos professores do ensino fundamental.** São Carlos: UFSCar, 1999.

CAVALLEIRO, E. (Ed.). **Racismo e anti-racismo na educação: repensando a escola.** São Paulo: Selo Negro, 2001. p. 141-60.

CONCEIÇÃO, Beatriz Helena Teixeira. **O programa de superação das desigualdades raciais de Mato Grosso do Sul e educação.** Dissertação (Mestrado em Educação)- Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande: UFMS, 2003.

D'ÁVILA, Jorge Luis. **O Financiamento da “Escola Guaicuru: vivendo uma nova lição” para o Ensino Médio.** Campo Grande: Jorge Luis D'Ávila, 2010.

DIMENSTEIN, Gilberto. **O cidadão de Papel.** 7. ed. São Paulo: Editora Ática, 1994. p.17-21.

FERNANDES, Maria Dilnéia Espíndola; D'ÁVILA, Jorge Luis. **A “Escola Guaicuru: vivendo uma nova lição”: A relação entre gestão e financiamento**

para o ensino médio. **Eccos Revista Científica**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 419-438, jan./jun. 2008.

FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1995.

GADOTTI, M. **Diversidade cultural e educação para todos**. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

_____. Moacir. **Escola cidadã: uma aula sobre a autonomia da escola**. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. Escola cidadã, Cidade educadora. Projetos e práticas em processo. V **Fórum de Educação CEAP**. Salvador, 23-25 de outubro de 2003.

_____. Educação cidadã para uma cidade educadora. **Fórum Mundial de Educação de São Paulo em defesa do direito universal à educação**. São Paulo, 2004. GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GOMES, Nilma Lino; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. O desafio da diversidade. In: GOMES, N. L.; SILVA, P. B. G. (Org.). **Experiências Etnoculturais para a formação de professores**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. p. 13-33.

HABERMAS, Jürgen. O Caos na esfera pública. **Jornal Folha de São Paulo**, 2006. Disponível em: http://www.lainsignia.org/2006/septiembre/cul_003.htm. Acesso em: 02 de Maio 2012.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Educação. **Proposta de Educação do Governo Popular de Mato Grosso do Sul – 1999-2002**. Série Fundamentos Político-Pedagógicos, Cadernos da Escola Guaicuru, n. 1. Campo Grande: SED/MS, 1999.

_____. Secretaria de Estado de Educação. **Série Calendário da Cidadania – Subsídios para Aulas Especiais, 2º Momento**. Caderno n. 1, 2 e 7. Gestão Democrática. Campo Grande: SED/MS, 2000.

_____. Secretaria de Estado de Educação. **Série Calendário da Cidadania – Subsídios para Aulas Especiais, 2º Momento**. Caderno n. 1, 2. Gestão Democrática. Campo Grande: SED/MS, 2000.

_____. Secretaria de Estado de Educação. **Plano Nacional de Educação (PNE) - Série Gestão Democrática**. Campo Grande: SED/MS, 2004.

_____. Secretaria de Estado de Educação. **Série Constituinte Escolar – Construindo a Escola Cidadã. 3º Momento.** Caderno n. 2. Gestão Democrática. Campo Grande: SED/MS, 2000.

_____. Secretaria de Estado de Educação. **Programa de Superação das Desigualdades raciais de Mato Grosso do Sul.** Governo Popular de Mato Grosso do Sul. Campo Grande: SED/MS, 2001.

MOREIRA, Diva. “Racismo na Escola”. Secretaria de Estado de Educação. **Série Constituinte Escolar – Construindo a Escola Cidadã. 3º Momento.** Caderno n. 2. Gestão Democrática. Campo Grande: SED/MS, 2000, p. 24-26.

MUNANGA, Kabengele. **Entrevista acerca da Lei 10.639-2003.** Concedida a Fábio de Castro da Agencia Reporte Social, 2005. Disponível em: <<http://www.reportersocial.com.br/entrevista.asp>>. Acesso em 20 fev. 2007.

ROSEMBERG, F. et al. Racismo em livros didáticos brasileiros e seu combate: uma revisão da literatura. **Educação e Pesquisa**, v.29, n 1, São Paulo, Jan./Jun, 2003.

ROSEMBERG, F. A desconstrução da discriminação no livro didático. In: MUNANGA, K. (Org.). **Superando o racismo na escola.** Brasília, DF: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Fundamental, 2001.

SPENGLER, Henrique. **Os povos nativos de Mato Grosso do Sul.** Ponta Porã: Lei Estadual de Incentivo à Cultura, 1999.

TELLES, Edward. **Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Ford, 2003.

VALENTIM, Reinaldo Antônio. **Movimentos sociais e Educação: análise histórica sobre o processo de implantação da Lei 10.639/03 EM MS-1996/2006.** Dourados: UFGD, 2012.

Recebimento: 15/03/2012.

Aceite: 25/03/2012.